

AS MATRIZES FRANCESAS E ORIGENS COMUNS NO BRASIL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

THE FRENCH MATRICES AND THE COMMON ORIGINS IN BRAZIL ON TRAINING COURSES IN ARCHIVAL SCIENCE, LIBRARIANSHIP AND MUSEOLOGY

IVAN COELHO DE SÁ | Graduação em Museologia (UNIRIO), graduação em Pintura (EBA/UFRJ), mestrado em História da Arte e doutorado em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ). Professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

RESUMO

Este artigo aborda as matrizes francesas que serviram de modelo para a implantação e o desenvolvimento, no Brasil, dos cursos pioneiros de arquivologia, biblioteconomia e museologia, mais exatamente no que se refere aos influxos da *École de Chartes* e da *École du Louvre*. Será feita uma recapitulação do surgimento destes cursos no contexto das primeiras décadas do século XX, destacando as inter-relações institucionais entre o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Será estabelecida ainda uma associação de continuidade entre estes cursos e a Escola de Arquivologia, a Escola de Biblioteconomia e a Escola de Museologia, da UNIRIO.

Palavras-chaves: formação; arquivologia; biblioteconomia; museologia.

ABSTRACT

This article discusses the French matrices that served as the model for the initial development and deployment, in Brazil, of pioneer courses on archival science, librarianship and museology, more precisely in relation to the influences from *École de Chartes* and *École du Louvre*. There will be a recap of the emergence of these courses in the context of the first decades of the twentieth century, highlighting the interinstitutional relations between the Arquivo Nacional, the Biblioteca Nacional and the Museu Histórico Nacional. An association of continuity will be established between these pioneer courses and the Escola de Arquivologia, the Escola de Biblioteconomia and the Escola de Museologia, currently part of the UNIRIO.

Keywords: training; archival; library; museology.

RESUMEN

Este artículo aborda las matrices francesas que han servido de modelo para el desarrollo inicial y la implementación, en Brasil, de los cursos pioneros de Arquivología, Biblioteconomía y Museología, más precisamente en relación a las influencias de la *École de Chartes* y la *École du Louvre*. Será hecho un resumen acerca de la creación de estos cursos en el contexto de las primeras décadas del siglo XX, destacando las relaciones interinstitucionales entre el Arquivo Nacional, la Biblioteca Nacional y el Museu Nacional de História. También se va a establecer una relación de continuidad entre estos cursos pioneros y la Escola de Arquivologia, la Escola de Biblioteconomia y la Escola de Museologia, pertenecientes a la UNIRIO.

Palabras clave: formación; archivo; bibliotecología; museología.

No Brasil das décadas de 10, 20 e 30 do século passado, a despeito do desenvolvimento do neocolonial e do nacionalismo, que enfraqueceram o ecletismo em sua última fase, a cultura e as emergentes propostas de preservação do patrimônio pautavam-se pela ascendência europeia, sobretudo francesa. A França das primeiras décadas do século XX influenciava ainda fortemente as artes e as ciências em todo o mundo, inclusive áreas de conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia e os nascentes campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. Na França, desde o final do século XVIII, haviam surgido as primeiras ideias de proteção ao patrimônio, ainda que se referissem a iniciativas isoladas. Em 1790, à época da demolição da Bastilha, Millin¹ questionara este ato e fala pela primeira vez do conceito de monumento histórico. Quatro anos depois, ao apresentar à Convenção instruções sobre o inventário dos bens da Coroa, Vicq D'Azyr² salienta o valor educativo dos monumentos (Choay, 2011, p. 89-109). Entretanto, somente algumas décadas depois vão despontar iniciativas mais concretas, quando, em 1830, o Ministério do Interior cria o cargo de inspetor dos monumentos históricos, exercido simultaneamente por Vitet³ e Merimée⁴. Na sequência, em 1837, é criada uma Comissão de Monumentos Históricos, espécie de órgão de proteção com o objetivo de inventário e classificação dos monumentos medievais.

Com os cursos de formação nas áreas de patrimônio que despontaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX – arquivologia, biblioteconomia e museologia – não poderia ser diferente e as matrizes que vão orientar sua idealização e concretização serão essencialmente francesas, mesmo porque a França tinha todo um lastro filosófico e científico que vinha do racionalismo cartesiano do século XVII, passando pelo Iluminismo no século XVIII. Em relação à arte, criara um modelo de academismo oficial, em pleno regime absolutista, que fora exportado para todo o mundo ocidental e vigorara até as primeiras décadas do século XX. Em termos políticos, econômicos e sociais, a Revolução Francesa de 1789 havia aberto o caminho para a luta pelos direitos civis e, no século XIX, a Revolução Industrial e o capitalismo haviam tornado a França uma das mais influentes nações da corrida imperialista e neocolonialista que se estendeu até o início do século XX, quando entrou num gradativo processo de esvaziamento.

Um dos aspectos da política imperialista-neocolonialista passava também pela disputa do domínio de conhecimento do passado da humanidade, sobretudo das bases da chamada civilização ocidental. O conhecimento do passado histórico tinha uma ligação direta com o desenvolvimento dos museus uma vez que implicava a hegemonia dos estudos e da posse sobre os despojos dos antigos impérios da Antiguidade. França, Inglaterra e Alemanha, por meio de seus museus oficiais, como o Louvre, o Museu Britânico e os Museus de Berlim,

1 Aubin-Louis Millin de Grandmaison (1759-1818), arqueólogo, naturalista, bibliotecário, numismata e medievalista.

2 Vicq D'Azyr (1748-1794), médico e anatomista.

3 Louis, mais conhecido como Ludovic Vitet (1802-1873), político, jornalista, historiador e escritor francês, um dos pioneiros da preservação de monumentos.

4 Prosper Merimée (1803-1870), político, arqueólogo, historiador e escritor romântico francês.

promoveram escavações no Mediterrâneo e no Oriente Médio, principalmente nos antigos territórios do Egito, da Babilônia e da Assíria. Estudiosos e aventureiros levaram para estes e outros museus europeus milhares de peças coletadas naquelas regiões, lícita ou ilícitamente, investidos ou não da proteção oficial. Nesta corrida pelas descobertas arqueológicas, os museus rivalizavam-se pela disputa dos monumentos e artefatos encontrados, uma vez que a ideia era reunir o maior número possível de objetos, pois quanto maior a quantidade dos acervos, maior seria o conhecimento adquirido sobre a história do mundo e da humanidade. O domínio do conhecimento legitimava o imperialismo e oferecia “suporte teórico” à ideologia do progresso e da civilização. As nações europeias deveriam estar à frente tanto pelos avanços tecnológicos e científicos quanto pela importância de seus museus enquanto centros de pesquisa e de conhecimento. O desenvolvimento do positivismo, também irradiado da França oitocentista, privilegiava igualmente o conhecimento das antigas civilizações, na medida em que a filosofia e a visão de mundo desta doutrina se fundamentavam num processo de evolução da humanidade, cujas transformações sociais eram explicadas por fatos históricos estruturados numa cronologia histórica absoluta e linear.

No século XVIII, o interesse dos *connaisseurs* concentrara-se na Antiguidade Clássica, ou seja, no estudo da cultura greco-romana e de suas contribuições antropocêntricas ao humanismo renascentista, contrariando as tendências dos colecionadores, estudiosos e arqueólogos do século XIX, normalmente egiptólogos e assirólogos, ou melhor, orientalistas, para usar uma expressão mais abrangente, cuja curiosidade desviara-se romanticamente para as culturas não clássicas.

Outra importante vertente de estudo, também de natureza romântica, refere-se aos medievalistas que se propunham a “descobrir” o passado medieval desde os primórdios, nos períodos merovíngio e carolíngio, passando pelo românico e o gótico. A atuação, isolada ou patrocinada pelo Estado, destes estudiosos repercutiu diretamente na ampliação gradativa dos acervos dos museus, trazendo muitas perspectivas para a pesquisa e conferindo um status maior à figura do conservador de museus, cujo processo de profissionalização desenvolve-se consideravelmente nesta época e cujas atribuições estavam ligadas à coleta, pesquisa, identificação, documentação, organização, conservação, curadoria e exposição de acervos. Isto significa que o conservador de museus do século XIX desempenhava funções praticamente idênticas às do atual museólogo.

No entanto, todas estas funções poderiam ser, isoladamente ou mesmo em conjunto, exercidas por outros profissionais como arqueólogos, historiadores, historiadores de arte e estudiosos de áreas específicas, como egiptólogos, orientalistas, medievalistas, e mesmo outros ainda mais especializados, como paleógrafos, numismatas, sigilógrafos etc. Estudiosos como Champollion,⁵ nomeado conservador do Museu do Louvre em 1826, dedicaram-se obstinadamente aos estudos de coleções e de objetos, geralmente associados à exegese de inscrições e símbolos, nem sempre auspiciosos como a deste egiptólogo, cuja interpretação dos hieróglifi-

5 Jean François Champollion (1790-1832).

fos da Pedra de Rosetta abriu o caminho para o conhecimento da civilização egípcia e, conseqüentemente, para a compreensão de parte significativa da história da humanidade.

A despeito deste campo de conhecimento e de trabalho aberto nos museus e com inúmeras perspectivas de ampliação em decorrência dos progressivos projetos de escavações e de criação de novos museus, contraditoriamente, não houve uma preocupação em formar profissionais específicos de museus. Ainda que os museus tenham se convertido em laboratórios para o desenvolvimento da antropologia, da arqueologia e da própria museologia, a ideia de investir em formação de conservadores de museus, como eram denominados os profissionais encarregados da parte técnica das coleções, é bastante tardia, provavelmente porque os museus, nas suas várias tipologias, fossem considerados campos de atuação de arqueólogos, naturalistas, antropólogos, historiadores da arte, helenistas, orientistas etc. e também porque estes profissionais estavam ainda em processo de definição e de construção de bases científicas de seus campos de saber. Somente nas primeiras décadas do século XX despontam propostas de formação específica de conservadores de museus, mais de um século após o surgimento da formação de arquivistas e bibliotecários, estes associados inicialmente à carreira de paleógrafo, mas já admitidos como profissionais que necessitavam de formação “acadêmica”.

A formação em museologia foi um processo demorado que se desenvolveu inicialmente a partir da necessidade de estudar as coleções de museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos concentravam-se nos acervos, ou seja, na identificação dos objetos, sobretudo para decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias que ampliavam o conhecimento sobre as origens e o desenvolvimento das antigas culturas, ou civilizações, para empregar um termo mais corrente no oitocentos.

Esta preocupação em decifrar textos e inscrições, ou seja, em realizar estudos de paleografia e epigrafia convergem e aproximam a atuação dos primitivos museólogos, ou melhor, conservadores de museus, à dos primeiros arquivistas e bibliotecários. Ao contrário dos “museólogos”, mais voltados para os acervos das antigas civilizações, geralmente provenientes de escavações arqueológicas, o trabalho dos arquivistas e bibliotecários vai estar mais associado ao estudo do passado medieval por meio da identificação e leitura de documentos e alfarrábios. Tanto museólogos quanto arquivistas e bibliotecários buscavam, para usar um termo atual, a *informação* contida nos objetos, documentos e livros, para que pudessem classificá-los, numa primeira instância, e, ao mesmo tempo, extrair o conhecimento histórico da cultura e da civilização que os produziu, conforme a curiosidade e a obsessão erudita, bem ao espírito do século XIX.

No entanto, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o desenvolvimento de arquivos, bibliotecas e museus emergiu de um profundo processo de ruptura com o passado e a tradição. Pode-se dizer que o nascimento dos “modernos” arquivistas, bibliotecários e museólogos oitocentistas está diretamente ligado às transformações de base acionadas pela Revolução Francesa, marcadas, sobretudo, pela afirmação da nacionalidade e a conseqüente ideia de nacionalização do patrimônio. Ainda que associados ao *Ancien Regime*, os monumentos e acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos passam a ser vistos sob a ótica de uma herança ancestral reabilitada pelas novas concepções libertárias e igualitárias.

A ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES

Os estudos aplicados a coleções visando à formação profissional não surgiram no contexto das coleções museológicas, mas sim das coleções arquivísticas, geralmente ligadas a Universidades e com ênfase na decifração de textos. Os exemplos mais antigos destes estudos foram promovidos nas Universidades de Bolonha (1765), Milão (1770), Nápoles (1777) e Coimbra (1796) (González; Gómez, p. 264). Nesta última foi estabelecida uma aula de diplomática, depois transferida para Lisboa (1801) (González; Gómez, p. 264). No entanto, o primeiro exemplo de uma instituição regular de ensino que vai criar um modelo de curso para profissionais de patrimônio foi a École Nationale des Chartes,⁶ que criou um currículo fundamentado numa base geral de história, arqueologia e história da arte, enfatizando, em termos técnicos, a paleografia e, a partir desta, os estudos de diplomática, sigilografia e numismática.

A tendência medievalista que orientou os estudos da École des Chartes nos permite associá-la ao contexto romântico-nacionalista do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, que impulsionou várias iniciativas de valorização do passado medieval francês, destacando-se as atuações de Alexandre Lenoir⁷ e Viollet-le-Duc.⁸ Em pleno período revolucionário, Lenoir batera-se contra os vandalismos e os saques e salvara inúmeras esculturas, túmulos e fragmentos de arquitetura, organizados por ele no Musée des Monuments Français, franqueado ao público em 1795. Viollet-le-Duc, ardente medievalista, dedicara-se ao estudo da arquitetura gótica e restaurara vários monumentos, como a Catedral de Notre-Dame de Paris e a cidadela de Carcassonne, tornando-se um dos pioneiros das iniciativas de preservação de patrimônio e um dos precursores das teorias de restauração. Tanto um quanto o outro sofreram críticas, inclusive dos seus contemporâneos. Lenoir foi questionado por Quatremère de Quincy⁹ por retirar suas obras de seu contexto, ao “musealizá-las”, e Viollet-le-Duc por realizar reconstituições fantasiosas e buscar um ideal estilístico que, na realidade, não existia. No entanto, a seus modos, ambos conseguiram salvar e preservar referências, seja de elementos mutilados, seja de monumentos reconstituídos.

A École Nationale des Chartes insere-se neste “projeto”, ao mesmo tempo revolucionário e romântico, de recuperação das raízes medievais, na medida em que investiu em pesquisa de fontes primárias documentais, oferecendo subsídios à autoestima nacional e também uma melhor compreensão do desenvolvimento histórico da França por meio de um revisionismo histórico. Da valorização de arquivos e bibliotecas como órgãos públicos, emerge o conceito destas instituições como laboratórios de pesquisa e, nesse contexto, certamente a École des Chartes contribuiu muito para o desenvolvimento do que poderíamos considerar

6 *Charte* o mesmo que carta, antigo sinônimo de documento oficial. “Trésor des Chartes, les archives anciennes de la couronne de France” (*Dictionnaire de l'Académie Française*, 8. ed., 1932-5, p. 1.223).

7 Alexandre Lenoir (1761-1839).

8 Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto e restaurador.

9 Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), arquiteto, filósofo, crítico de arte e político francês.

como uma política científica para estas instituições. O fato é que havia uma necessidade urgente de dar tratamento técnico às coleções e arquivos apreendidos pela Revolução. Esta proposta de ordem técnica de organização destes acervos convergia para as ideias de reformulação historiográfica fundamentada numa metodologia de pesquisa que privilegiasse as informações primárias destas “novas” fontes, bem como para os ideais revolucionários de franquear os arquivos ao público.

Logo no início da Revolução Francesa, dentre as inúmeras reformas promovidas pela Assembleia Nacional Legislativa (1789-91), constava a desapropriação dos bens da Igreja e da Coroa colocados à disposição do Estado: igrejas, mosteiros, catedrais, castelos etc. Juntamente com essas propriedades foram apreendidos importantes arquivos, bibliotecas e coleções de obras de arte, muitos dos quais foram vendidos, alienados ou remanejados aos arquivos, bibliotecas e museus nacionalizados. Dentre estes encontrava-se o *Tresór des Chartes*, antiquíssimo arquivo da Coroa que remontava à Idade Média. Em 1794, a Convenção baixou a chamada Lei de Messidor (25 de junho), determinando o direito de a população ter acesso gratuitamente a todos os documentos transferidos aos arquivos públicos, inclusive aqueles provenientes do “tesouro” da Coroa: “Todo cidadão poderá solicitar em qualquer arquivo, nos dias e horários a serem determinados, o acesso a documentos que eles guardam: o acesso será dado sem custo e sem deslocamento, e com as convenientes precauções de vigilância”.¹⁰

A ideia da École des Chartes despontara no período napoleônico, mais exatamente em 1806, quando o projeto desta Escola fora apresentado pelo barão de Gérando,¹¹ então secretário-geral do Ministério do Interior. Considerado um dos primeiros estudiosos de antropologia na França, em 1804 Gérando escrevera *Histoire comparée des systèmes de philosophie, considérés relativement aux principes des connaissances humaines*, tida como uma das obras pioneiras de história crítica e que, certamente, fora subsidiada por fontes primárias às quais ele teve acesso facilmente por sua posição política. Isto justifica o fato de Gérando reconhecer o valor destas fontes para um processo de renovação dos métodos de pesquisa histórica.

A despeito dos esforços de Gérando, somente em 1821, sob a Restauração Bourbon, Luís XVIII criou em Paris, depois instalada no *campus* da Sorbonne, a então École Royale des Chartes, com as finalidades de catalogar e possibilitar o acesso aos pesquisadores dos arquivos e bibliotecas confiscados no período revolucionário. A École Nationale des Chartes, assim chamada após a Revolução de 1830, oferecia um curso estruturado nas ciências auxiliares da história, cujo programa era constituído basicamente de paleografia, sigilografia, numismática, filologia, classificação de arquivos e bibliotecas, geografia histórica, sistemas monetários de pesos e medidas, história das instituições políticas da França, arqueologia e direito civil, canônico e feudal. Essas disciplinas eram fundamentais para a concretização dos

10 *Loi du 7 de Messidor. Article XXXVII.* Disponível em: <<http://www.legilux.public.lu/rgl/1794/A/0002/Z.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

11 Joseph-Marie de Gérando (1772-1842), linguista, jurista, filósofo e pedagogo francês. Um dos defensores da instrução primária pública na França no início do século XIX.

objetivos principais de identificar e decifrar documentos, sejam eles convencionais, como manuscritos, iluminuras, cartas patentes, cartas heráldicas, bulas papais etc., ou tridimensionais, como selos sigilográficos, sinetes, moedas, medalhas, condecorações, brasões, cartelas e lápides. Em 1869, houve uma pequena reformulação e as disciplinas ficaram configuradas da seguinte forma: paleografia, línguas romanas, bibliografia, classificação de bibliotecas e arquivos, diplomática, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, direito civil e direito canônico da Idade Média e arqueologia da Idade Média.

Como instituição de ensino superior, a *École Nationale des Chartes*, atualmente com um curso de quatro anos de duração, continua expedindo diploma de arquivista-paleógrafo e vários de seus egressos – os *chartistes*, como ainda são chamados seus alunos e ex-alunos – fizeram e fazem carreira como conservadores de patrimônio, atuando não somente em arquivos e bibliotecas, mas também em museus importantes da França. Seu currículo lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo. A disciplina *classificação de arquivos e bibliotecas* (depois *classificação de bibliotecas e arquivos*) pode ser considerada uma espécie de ponto de partida para os estudos classificatórios não somente de arquivos e bibliotecas, mas também de museus, na medida em que as metodologias técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos, como moedas, medalhas, selos sigilográficos, esculturas, pinturas etc.

Em síntese, a *École Nationale des Chartes* foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalham com coleções, não somente dos cursos de arquivologia e biblioteconomia, como é normalmente reconhecido, mas também para os cursos de arqueologia, história da arte e museologia, inclusive os da *École du Louvre*.

A ÉCOLE DU LOUVRE

O Museu do Louvre, criado em 1793, em plena Revolução Francesa, e considerado um dos primeiros a abrir suas portas ao público, conforme o ideal revolucionário de democratizar o conhecimento contido nos tesouros artísticos, foi também pioneiro no sentido de implantar cursos regulares de formação. Ao contrário da *École Nationale des Chartes*, idealizada e implantada na primeira metade do século XIX, a criação da *École du Louvre* insere-se no contexto da Terceira República, nas últimas décadas desse século, momento de consolidação dos ideais e das instituições republicanas frente às ameaças representadas pelos partidários do regime monárquico. De acordo com esta política, a República seria o único sistema capaz de se adaptar aos progressos promovidos pela Revolução Industrial e sua principal estratégia concentrou-se numa reforma de laicização do ensino, ou seja, em estabelecer posturas que enfraquecessem progressivamente a influência das congregações religiosas na educação. O ponto alto desta política ocorreu no governo Jules Grévy,¹² que promoveu uma

12 Jules Grévy (1807-1891), presidente da França (1879-87).

ampla reforma aprovando a lei de obrigatoriedade da escola gratuita (1881) e da educação primária laica obrigatória (1882). Nessa época, mais precisamente em dezembro de 1882, é criada a École du Louvre com os objetivos de “extrair das coleções, para a instrução do público, os ensinamentos que elas contêm e de formar conservadores, missionários e escavadores [arqueólogos]”.¹³

Não por simples coincidência, o projeto da École du Louvre teve a liderança política de dois importantes membros do governo Grévy: o ministro da Educação Jules Ferry¹⁴ e o ministro das Artes Antonin Proust¹⁵ e contou também com o apoio institucional de Nicod de Ronchaud,¹⁶ então recém-empossado no cargo de diretor e administrador dos Museus Nacionais e que se tornou o primeiro diretor da École du Louvre. Poeta e escritor, Ronchaud fora inspetor de belas artes (1872) e posteriormente membro da Sociedade Central de Arquitetos Franceses e da Sociedade de Amigos dos Monumentos Parisienses. No entanto, a autoria técnica do projeto deve ser creditada a Louis Courajod,¹⁷ o único com formação e atuação efetiva na área, uma vez que era arquivista-paleógrafo pela École des Chartes e, desde 1879, desempenhava a função de conservador adjunto no Louvre. Historiador de arte especialista em arte gótica, Courajod havia desenvolvido vários estudos, sobretudo na área de pintura, e criara a expressão “gótico internacional” para caracterizar a arte gótica difundida na Europa nos séculos XIV e XV.

Inicialmente, a École du Louvre não surgiu como um curso de museografia, nem muito menos de museologia, mas sim como um curso de arqueologia e epigrafia e, posteriormente, história da arte (1920). De certa forma, a École du Louvre aprofundou a formação já oferecida na École des Chartes, na medida em que ampliou o objeto de estudo para as obras de arte – sobretudo tridimensionais, como pinturas, esculturas, retábulos e fragmentos arquitetônicos. Antes, na École des Chartes, esses estudos eram restritos à identificação de inscrições de “objetos documentos” convencionais, como manuscritos, lápides, medalhas etc. Sem dúvida nenhuma, a École des Chartes ofereceu uma sólida base aos estudos de arqueologia, epigrafia e história da arte, uma vez que, por mais de cinquenta anos, vinha se concentrando na identificação e leitura de inscrições. Isto possibilitou, já no final do século XIX, um significativo e importante conhecimento, sobretudo da França medieval e das origens galo-romanas da arte românica e gótica, que exerciam forte atração junto aos arqueólogos e historiadores de arte românticos, exatamente por esses estudos subsidiarem as bases históricas do nacio-

13 Disponível em: <<http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

14 Jules Ferry (1832-1893), advogado, jornalista, maçom, positivista e anticlerical. Foi o primeiro prefeito de Paris sob a Terceira República, logo após a queda de Napoleão III. Em seu ministério foram empreendidas várias reformas na educação, conhecidas como Leis Jules Ferry.

15 Antonin Proust (1832-1905), deputado republicano, jornalista, artista, crítico de arte e colecionador. Amigo de Manet promoveu uma exposição retrospectiva da obra deste artista em 1884 e organizou a Exposição Universal de Paris de 1889, comemorativa ao Centenário da Revolução Francesa.

16 Louis François Nicod de Ronchaud (1816-1887).

17 Louis Charles Léon Courajod (1841-1896).

nalismo francês. Não foi por mera coincidência que Louis Courajod, um dos principais artífices desses cursos primitivos do Louvre, era formado pela École des Chartes, apesar de ter se tornado conservador e convergido sua carreira para o estudo da história da arte.

Por outro lado, a despeito desta influência da École Nationale des Chartes, a criação da École du Louvre representou uma necessidade de investir no estudo das inúmeras coleções adquiridas pelo Museu ao longo de quase um século e em crescente processo de expansão, o que de fato ocorreu na década de 1890 e nos primórdios do século XX, com o franco desenvolvimento do imperialismo-neocolonialismo. No entanto, no decorrer de mais de quarenta anos, os cursos da École du Louvre concentraram-se na arqueologia e na história da arte, desconsiderando as questões ligadas ao tratamento técnico de museus. Contraditoriamente, partiu de um historiador de arte, Louis Réau,¹⁸ a reação contra esta hegemonia do estudo de arqueologia e de história da arte no Louvre, seguida de uma primeira reivindicação da necessidade de um curso de museografia. Em 1908, num artigo sobre a organização de museus, Réau critica a École du Louvre e sugere que ela seja “além de um seminário de história da arte e um laboratório de trabalho científico, também uma escola teórica e prática de ‘museografia’” (apud Desvallées; Mairesse, 2011, p. 323). O termo museografia, ou seja, a “descrição de museus”, começara a ser utilizado exatamente no início do século XX. No período entre guerras fora difundido em todo o mundo, sobretudo por influência da revista *Mouseion*, publicada a partir de 1927 pelo Escritório Internacional de Museus. Segundo André Desvallées, a *Mouseion* consagrou o termo museografia “para descrever a organização, a vida, o papel social, a formação histórica dos museus, mas, sobretudo, para especificar os métodos de exposição, de conservação e de difusão utilizados” (Desvallées; Mairesse, 2011, p. 323).

As críticas de Réau devem ter repercutido e acabaram convergindo para outros problemas que se tornaram flagrantes no início dos anos de 1920: o crescimento do acervo do Louvre, a disparidade de coleções e a necessidade de organizá-las de acordo com normas técnicas apropriadas. Henri Verne,¹⁹ que assumira a direção do Museu e da École du Louvre em 1925, promoveu uma grande reformulação do circuito expositivo com o objetivo de ampliar e modernizar as galerias e reorganizar as coleções reagrupando-as por seções. O plano previa a diminuição do excesso de obras expostas e o remanejamento para reservas e coleções de estudo, bem como a supressão das pesadas grades de proteção que criavam uma barreira física entre os visitantes e as obras. A pintura das salas e os revestimentos das paredes foram igualmente modificados e também os sistemas de ventilação, aquecimento e iluminação natural e artificial, esta, inclusive no que se referia à infraestrutura elétrica, que foi modernizada e adaptada à prevenção de incêndios. Além disso, toda a parte referente à documentação, como inventários e catálogos, foi igualmente reformulada (Jaujard, 1935, p. 7-30). O projeto, elaborado inicialmente em 1926, ficou conhecido como Plano Verne, intensificado a partir de 1930 e cujos trabalhos

¹⁸ Louis Réau (1881-1961), historiador da arte e especialista em iconografia; foi professor de história da arte na École du Louvre e na Sorbonne.

¹⁹ Henri Jean François Joseph Verne (1880-1949).

prolongaram-se durante e após a guerra. Num período de mais de vinte anos, as galerias foram reorganizadas expandindo-se aos espaços que iam sendo liberados, gradativamente, pelos órgãos públicos que antes as ocupavam com seus escritórios, surgindo novas salas de escultura antiga, escultura europeia, pintura, arte egípcia, arte do Oriente Médio, artes decorativas etc., normalmente apresentadas de maneira cronológica e por escolas artísticas.

Todos esses esforços canalizados para a organização dos espaços e do acervo, bem como a relação destes com o público, apontaram para o grande problema representado pela ausência de estudos efetivos das metodologias técnicas de identificação, classificação, documentação, conservação e exposição. Essa carência evidenciou a necessidade de um curso de formação específica em organização de museus. Sintomaticamente, em 1927, ano seguinte ao início do Plano Verne, quarenta e cinco anos após a criação dos cursos de arqueologia e epigrafia e quase vinte anos após as críticas de Réau, a École du Louvre cria um curso de museografia. A própria denominação deste curso do Louvre, museografia, ou seja, a prática dos museus, principalmente exposição, revela a preocupação maior, naquele momento, que era o tratamento técnico das coleções, da identificação à apresentação ao público. Questões como a função social e as relações dos museus com os processos de educação e comunicação eram ainda muito incipientes e somente algumas décadas mais tarde se tornariam a tônica do estudo da museologia. O Museu do Louvre, em plena efervescência da concretização do Plano Verne, tornou-se um eficaz laboratório para os alunos do novo curso de museografia, dentre os quais Georges Henri Rivière²⁰ que concluiu o curso em 1928 e logo se destacou como museógrafo e museólogo, tornando-se também um verdadeiro “profeta” das ideias de interação do museu com a sociedade, proposta que será defendida décadas mais tarde na famosa Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972).

Podemos aferir, a partir desta experiência do Louvre, que a ideia de utilizar a estrutura de um museu como suporte para ensino formal foi aplicada primeiramente à arqueologia, à epigrafia e à história da arte e somente num terceiro momento à museologia propriamente dita. Por outro lado, contrariando todas as probabilidades e circunstâncias históricas, o curso técnico do Museu Histórico Nacional (MHN), instalado no Rio de Janeiro em 1922, antecede em cinco anos o curso de museografia da École du Louvre. Não obstante, independente de sua relação de antiguidade na escala internacional, é este curso do Louvre que exportará para o mundo uma matriz curricular que será modelo para a formação em museologia e influenciará o próprio curso de museus do MHN, consolidado a partir de 1932.

20 Georges Henri Léon Benjamin Rivière (1897-1985) criou o Museu Nacional de Artes e Tradições Populares e trabalhou com Paul Rivet na implantação do Museu do Homem (1938). Foi membro fundador e primeiro diretor interino do recém-criado Conselho Internacional de Museus (ICOM) (1948-65) e um dos precursores dos conceitos de ecomuseu e etnomuseologia.

OS PRIMEIROS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA NO BRASIL

No contexto da América Latina, o Brasil foi precursor dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. Estes dois últimos consistiram igualmente em experiências pioneiras no contexto internacional. O projeto do curso técnico (1922) foi um dos mais antigos do mundo, o mesmo ocorrendo com o curso de museus (1932), uma das mais antigas experiências pioneiras com continuidade e ainda em atividade regular. O curso de biblioteconomia foi o terceiro, depois da *École des Chartes* e do *Columbia University*, de Nova Iorque, criado em 1887 por Melvil Dewey,²¹ um dos mais importantes teóricos da documentação.

O curso de biblioteconomia foi criado por ocasião das comemorações aos cem anos da Biblioteca Nacional, em outubro de 1910, quando houve a abertura da edificação especialmente construída para abrigá-la após ter passado todo este tempo em prédios improvisados. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Peregrino da Silva,²² que promoveu em sua gestão como diretor, entre 1900 e 1924, uma série de transformações administrativas e técnicas atualizando a Biblioteca Nacional em relação aos modelos europeus, principalmente franceses. Essas reformas, às quais podemos inserir a criação do curso de biblioteconomia, convergiram para o espírito de modernização do Rio de Janeiro, que persistiu após a Reforma Pereira Passos, no qual o novo prédio passou a identificar a Biblioteca Nacional com todo o movimento cultural representado pela cidade enquanto capital federal da emergente República brasileira. O curso foi criado por iniciativa direta de Peregrino da Silva e institucionalizado por meio de um decreto que aprovou o novo Regulamento da Biblioteca Nacional, sendo Hermes da Fonseca presidente da República e Rivadávia Correia ministro da Justiça e dos Negócios Interiores.

O artigo 34, do novo Regulamento de julho de 1911, estabelece a criação de um curso de biblioteconomia estruturado em quatro “matérias”: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática, que constituiriam “uma só série [ano] e de cujo ensino [seriam] encarregados os diretores de seção”.²³ Com isto, o curso de biblioteconomia inaugura, no Brasil, um novo modelo de curso superior: vinculado a uma instituição que já detém conhecimento na área e utilizando os próprios profissionais como docentes, ou seja, os diretores de Seção seriam os professores das disciplinas. A bibliografia seria ministrada pelo diretor

21 Melville Louis Kossuth Dewey (1851-1931), bibliotecário norte-americano. Em 1876, publicou uma obra que revolucionou a biblioteconomia: *Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, no qual lançou as bases do primeiro sistema de classificação de bibliotecas, o sistema decimal, divulgado em todo o mundo e adotado até a atualidade.

22 Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), advogado, professor, bibliotecário e bibliógrafo. Bacharel (1885) e doutor (1895) pela Faculdade de Direito do Recife, da qual foi bibliotecário (1889-1900). Foi prefeito interino do Rio de Janeiro (1918-19), professor de direito romano e reitor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Entre 1926 e 1930, foi o quarto reitor da Universidade do Rio de Janeiro, depois UFRJ. Presidente do IHGB (1938-39).

23 Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

da Seção de Impressos que comportava o tratamento técnico de “livros, folhetos, impressos e avulsos, músicas impressas e publicações periódicas”.²⁴ Paleografia e diplomática ficaria a cargo do diretor da Seção de Manuscritos, cujo universo era constituído de “manuscritos e obras de paleografia e diplomática”,²⁵ isto é, documentos manuscritos em geral. Iconografia seria ministrada pelo diretor da Seção de Estampas e Cartas Geográficas, responsável pelas “estampas, chapas gravadas, desenhos, fotografia e obras de iconografia, assim como capas e coleções geográficas, plantas e planos”.²⁶ Numismática inseria-se na Seção de Moedas e Medalhas cujo diretor era responsável pelas coleções de “moedas, cédulas, vales, títulos representativos de valor, medalhas, condecorações, distintivos, jetons, reclamos metálicos, sinetes, selos e obras de numismática, sigilografia e filatelia”.²⁷

No ano seguinte, 1912, o curso foi suspenso pela desistência dos alunos matriculados, na maioria funcionários da própria Biblioteca Nacional, provavelmente por enfrentarem dificuldade em conciliar as aulas com o trabalho num período em que as Seções estavam sendo reestruturadas com a transferência dos acervos para o novo prédio. Também provavelmente por este mesmo problema, não houve alunos inscritos nos anos de 1912, 1913 e 1914, como observou Simone Weitzel em seu estudo sobre a história do curso:

É considerado um marco histórico da biblioteconomia no país a criação do curso na Biblioteca Nacional. O curso, institucionalizado pelo decreto n. 8.835 de 11 de julho 1911, tinha por objetivo principal formar pessoal para os quadros de funcionários da Biblioteca Nacional (BN) conforme o modelo praticado pela *École de Chartes* na França. Devido a uma série de razões, especialmente em função das mudanças estruturais por que passara a BN naquele ano (nova sede e reforma administrativa), os candidatos ao curso, funcionários da casa, cancelaram as suas inscrições ao longo dos primeiros anos, e, por isso, seu início efetivo se deu somente em 1915 (Weitzel, 2012, p. 2).

Em abril de 1915, as aulas do curso de biblioteconomia foram reabertas sendo oferecidas com regularidade por cinco anos, até 1920. Entretanto, o funcionamento do curso ficou comprometido por mais de uma década: em 1921, não foi aberto por não haver alunos inscritos (Weitzel, 2012, p. 2), e em 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional, em decorrência da proposta de um curso técnico que deveria centralizar as formações para profissionais de arquivos, bibliotecas e museus, assunto a ser tratado logo adiante.

O curso de arquivologia foi criado também em 1911, em dezembro, ainda no governo Hermes da Fonseca, cerca de seis meses depois do curso de biblioteconomia, com o nome de curso de diplomática, vinculado ao Arquivo Nacional, sendo estabelecido pelo decreto

24 Idem.

25 Idem.

26 Idem.

27 Idem.

que aprovou o novo regulamento desta instituição, antes denominada Arquivo Público Nacional. O decreto não fala da duração do curso, mas assim como o da Biblioteca Nacional, devia ser oferecido em um ano, uma vez que era estruturado também, ao que parece, em quatro disciplinas: paleografia, cronologia e a crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação. Um sério empecilho ao estudo das estruturas desses cursos pioneiros refere-se à falta de informações sobre os programas completos das disciplinas, uma vez que os decretos que se referem à criação desses cursos limitam-se apenas a citar os nomes das matérias. Em alguns casos, como no curso de diplomática, fica difícil entender se o nome refere-se a uma ou a duas disciplinas: “cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”.²⁸ Os professores destas disciplinas do curso de diplomática, ainda conforme o modelo estipulado pelo curso de biblioteconomia, deveriam ser os próprios funcionários do Arquivo Nacional. O decreto é muito lacônico em relação ao curso, cuja criação é estabelecida no artigo 10: “fica instituído no Arquivo Nacional um curso de diplomática, em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”.²⁹

Em 1922, no contexto das comemorações aos cem anos da proclamação da Independência do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa cria o Museu Histórico Nacional, conforme projeto de Gustavo Barroso³⁰ que, desde a década de 1910, vinha defendendo a implantação de um museu que centralizasse acervos relativos à história do país, sobretudo ligada aos feitos militares. No próprio decreto que define a organização e a estruturação do Museu Histórico Nacional, Barroso insere a criação de um curso técnico “comum ao Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional”³¹ com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amanuenses³² para o Arquivo e a Biblioteca. O curso daria uma formação básica e geral aos técnicos em arquivos, bibliotecas e museus e as disciplinas seriam distribuídas em dois anos, da seguinte forma: “1º ano: história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, arqueologia e história da arte. 2º ano: bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia, iconografia e cartografia”.³³

Conforme havia sido previsto em 1911 para o curso de biblioteconomia e para o curso de diplomática, as disciplinas deste curso técnico seriam ministradas pelos próprios

28 Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

29 Idem.

30 Gustavo Dodt Barroso (1888-1959). Advogado, jornalista, político e escritor. Idealizador e primeiro diretor do MHN.

31 Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

32 Oficiais e amanuenses eram funcionários públicos encarregados da documentação e da correspondência, investidos de funções administrativas nas repartições públicas das primeiras décadas do século XX. Os oficiais situavam-se imediatamente abaixo dos chefes de seção e acima dos amanuenses, escriturários que trabalhavam diretamente com a documentação. Nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus públicos esses funcionários passaram a desempenhar funções técnicas relativas aos acervos.

33 Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Artigo 55.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS MATRIZES FRANCESAS E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS BRASILEIROS

ÉCOLE ROYALE DES CHARTES 1821	ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES 1869	CURSO DE ARQUEOLOGIA ÉCOLE DU LOUVRE 1882	CURSO DE HISTÓRIA DA ARTE ÉCOLE DU LOUVRE 1920	CURSO DE MUSEOGRAFIA ÉCOLE DU LOUVRE 1927	
Numismática	-	-	-	-	
Sigilografia	-	-	-	-	
Paleografia	Paleografia	-	-	-	
-	-	Epigrafia	-	-	
-	-	-	-	-	
-	Diplomática	-	-	-	
Arqueologia	Arqueologia da Idade Média	Arqueologia	-	-	
-	Bibliografia	-	-	-	
-	-	-	-	-	
Classificação de Arquivos e Bibliotecas	Classificação de Bibliotecas e Arquivos	-	-	Museografia	
História das Instituições Políticas da França	Instituições Políticas, Administrativas e Jurídicas da França	-	-	-	
-	-	História da Arte	História da Arte	-	
-	-	-	-	-	
Direito Civil, Canônico e Feudal	Direito Civil e Direito Canônico da Idade Média	-	-	-	
Geografia Histórica	-	-	-	-	
Sistema Monetário de Pesos e Medidas	-	-	-	-	
Filologia	Línguas Romanas	-	-	-	

	CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BIBLIOTECA NACIONAL 1911	CURSO DE DIPLOMÁTICA ARQUIVO NACIONAL 1911	CURSO TÉCNICO MHN 1922	CURSO DE MUSEUS MHN 1932	CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BIBLIOTECA NACIONAL 1932
	Numismática	-	Numismática e Sigilografia	Numismática (brasileira) e Sigilografia	-
	-	-		Numismática (Parte Geral)	
	Paleografia	Paleografia	Paleografia e Epigrafia	Epigrafia	Paleografia
	-				
	-	Cronologia e a Crítica Histórica Tecnologia Diplomática	Cronologia e Diplomática	Cronologia	-
	Diplomática				Diplomática
	-	-	Arqueologia	Arqueologia Aplicada no Brasil	-
	Bibliografia	-	Bibliografia	-	Bibliografia
	Iconografia	-	Iconografia e Cartografia	-	Iconografia
					Cartografia
	-	Regras de Classificação	-	Técnica de Museus	-
	-	Cronologia e a Crítica Histórica	História Política e Administrativa do Brasil	Hist. Política e Adm. do Brasil (até a atualidade)	-
				Hist. Política e Adm. do Brasil (Período Colonial)	
	-	-	História da Arte	História da Arte (especialmente do Brasil)	-
	-	-	História Literária	-	História Literária
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

funcionários das três instituições envolvidas, “cabendo ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e história da arte e de numismática e sigilografia, à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia e cartografia e ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática”.³⁴

Este projeto de Barroso, de um curso técnico comum às três áreas de patrimônio, mantém algumas disciplinas dos cursos pioneiros de 1911. Do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: iconografia, paleografia, diplomática, bibliografia e numismática. Do curso de diplomática do Arquivo Nacional: cronologia, paleografia e diplomática. No entanto, Barroso vai mais além e acrescenta disciplinas que não haviam sido previstas nestes dois cursos anteriores, mas que faziam parte do currículo da *École Nationale des Chartes*: epigrafia, sigilografia, cartografia e arqueologia, esta, naturalmente, relativa ao Brasil e não ao período medieval. A matéria história política e administrativa do Brasil, de certa forma, era uma equivalente à disciplina história política, administrativa e judiciária da França que, no curso de diplomática do Arquivo Nacional, pode ter uma identificação com a disciplina (ou disciplinas) cronologia e a crítica histórica. A inserção desta disciplina de história no curso técnico rompe com o tecnicismo e pode ser considerada como uma tentativa de dar uma base teórica geral no campo da história, como ocorrera na *École des Chartes*. Na verdade, percebe-se que a proposta principal do curso técnico, como na França, era oferecer aos técnicos que trabalhavam em coleções de arquivos, bibliotecas e museus uma base e uma estrutura cronológica e factual da história do país, sobretudo em termos políticos e administrativos. No entanto, nota-se igualmente que havia uma ideia de oferecer uma formação em cultura geral paralelamente à formação técnica. A cultura geral, sobretudo humanística, proporcionava uma sólida erudição, bem ao gosto do espírito polifônico do século XIX e que influenciou o currículo da *École des Chartes*, da *École du Louvre* e de suas congêneres brasileiras. A preocupação com o domínio das metodologias de tratamento técnico corresponde a outra tendência oitocentista, visando principalmente à classificação das coleções, proposta muito próxima da visão positivista de organização do mundo e com origens mais remotas no sentido classificatório do cientificismo do século XVIII.

Por outro lado, percebe-se nesta proposta de Barroso não somente a influência direta da *École des Chartes*, mas também da *École du Louvre*, dos cursos de arqueologia e de história da arte e isto, pelo fato dele inserir a disciplina história da arte que, no Brasil, só existia no currículo da Escola Nacional de Belas Artes,³⁵ onde fora implantada em 1870, mas que se referia basicamente à história “clássica” da arte europeia. Totalmente inusitada e sem precedentes, nem mesmo na *École des Chartes*, é a disciplina história literária, ou como podemos entender atualmente história da literatura, sem dúvida importantíssima para o campo da

34 Idem. Artigo 56.

35 Antiga Academia Imperial de Belas Artes.

biblioteconomia e que revela o interesse de Barroso pela literatura, que remontava à adolescência e crescera com sua atuação como historiador e escritor.

A parte referente ao tratamento técnico, prevista na *École des Chartes* com a disciplina classificação de arquivos e bibliotecas, não aparece no formato de disciplina, nem no curso de biblioteconomia, nem no curso técnico de Barroso, somente no curso de diplomática do Arquivo Nacional, na disciplina tecnologia diplomática e regras de classificação. Sendo estes cursos inspirados diretamente no modelo da *École des Chartes*, não haveria razão para suprimir uma disciplina tão importante prevista por esta matriz como classificação de bibliotecas e arquivos, mesmo porque as finalidades precípua tanto da matriz francesa quanto do curso de biblioteconomia, do curso de arquivologia e do curso técnico eram exatamente a identificação, classificação e organização técnica das coleções, inclusive em termos de acondicionamento e conservação. No curso de biblioteconomia de 1911, os conteúdos técnicos estavam inseridos nas disciplinas que tratavam diretamente das coleções: bibliografia, diplomática, iconografia e numismática, cuja programação abrangia “todo o objeto de uma seção, inclusive a parte administrativa e a prática dos diversos serviços”.³⁶ (grifos nossos)

O mesmo ocorreu na proposta do curso técnico do MHN, no qual fica evidente que as “lições de classificação e administração” constariam nos “exercícios práticos” previstos nas disciplinas que subsidiavam o estudo das coleções – paleografia e epigrafia, arqueologia, história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e cartografia – à exceção, obviamente, das disciplinas não técnicas história política e administrativa do Brasil e história literária. Esta parte relativa ao processamento técnico deveria ser aferida nas provas práticas das disciplinas ligadas às coleções, constando, inclusive, a “descrição e classificação de objetos”, como ficou estipulado no decreto de 1922:

Art. 62. Nas aulas que as comportarem, serão dadas *lições de classificação e administração* de bibliotecas, mapotecas, arquivos, *museus históricos* e gabinetes de estampas e de moeda e medalhas, compreendidos os exercícios práticos. [...] Parágrafo único. As provas escritas de paleografia e epigrafia, arqueologia, história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e cartografia terão o caráter de provas práticas, de *descrição e classificação de objetos* pertencentes às coleções dos estabelecimentos em que tais matérias devem ser lecionadas.³⁷ (grifos nossos)

São exatamente estes conteúdos de “lições de classificação e administração de (...) museus históricos”, associados às “provas práticas de descrição e classificação de objetos”, que conferem ao curso técnico do MHN um caráter pioneiro em termos de proposta de forma-

³⁶ Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911.

³⁷ Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

ção de museus. Mesmo não existindo como uma disciplina autônoma, esses conteúdos estavam presentes em todas as disciplinas anteriormente citadas que se referiam aos estudos de coleções. Como Gustavo Barroso pensou e estruturou esta parte de administração de museus e classificação de objetos, anteriormente às publicações da revista *Mouseion* e à implantação do curso de museografia do Louvre, é uma resposta ainda muito difícil de ser esclarecida, mesmo porque praticamente não existe nenhuma documentação sobre o curso técnico e muito menos sobre os programas das disciplinas. Muito provavelmente ele deve ter amadurecido a ideia a partir da disciplina classificação de bibliotecas e arquivos, da École des Chartes, cujo programa poderia ser adaptado aos museus e coleções museológicas. Além disso, Barroso pode ter recorrido também a catálogos de museus, bem como a livros de história da arte e de artes ornamentais e decorativas, e ainda a catálogos específicos de coleções, moedas, medalhas, cerâmicas etc.

Pioneirismo à parte, seja tratando da formação isolada em museus ou da combinação desta com a formação em arquivos e bibliotecas, o curso técnico comum às três instituições nacionais de patrimônio não foi concretizado. Houve a matrícula de alguns alunos, mas o curso funcionou de maneira irregular, e provavelmente sem ter sido concluído. É um assunto pouquíssimo estudado e que requer mais pesquisas em fontes primárias para que se possa chegar a uma conclusão sobre esta provável primeira e única turma. Segundo Augusto Maia, “como o processo de inscrição originou-se na Biblioteca Nacional, caberia a esta enviar para os diretores das demais instituições envolvidas a relação dos alunos matriculados. Na primeira turma do curso técnico, em abril de 1923, foram inscritos onze alunos” (Maia, 2004, p. 12).

Ainda segundo Maia, ao analisar um expediente do diretor interino da Biblioteca Nacional, datado de 5 de abril de 1923, os alunos inscritos no curso técnico eram: Jonas Paulo Fernandes, Heitor José Pereira Guimarães, Marcio Gomes de Araújo, Adolpho Câmara da Motta, Joaquim Menezes de Oliva, Rufino de Loy, Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, Adolpho Jacome Martins Pereira Filho, Optaciano Alves do Valle, Aurélio de Moraes Britto e Ruy de Gouvêa Nobre (Maia, 2004, nota 7, p. 19). Destes, podemos identificar como funcionário do MHN, Joaquim Menezes de Oliva, que era chefe da recém-criada Seção de História e que foi depois professor de história da arte do curso de museus, bem como Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, que era funcionário da Biblioteca Nacional onde foi auxiliar de bibliotecário, amanuense e diretor da Seção de Impressos. Gaudie Ley fora aluno do curso de biblioteconomia em 1917 e depois, na década de 1930, professor das disciplinas bibliografia e história literária no curso de biblioteconomia. Além dele, eram também funcionários da Biblioteca Nacional Adolpho Jacome Martins Pereira, Rufino de Loy³⁸ e Adolpho Câmara da Motta, este, auxiliar de catalogação e tesoureiro. Por outro lado, Augusto César Castro, em sua *História da biblioteconomia brasileira*, fala em quatorze alunos inscritos no curso técnico, o que nos leva a deduzir que os onze citados por Maia podem tratar-se dos que chegaram a

38 Advogado, foi promotor público na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1930.

frequentar as poucas disciplinas que, com certa probabilidade, podem ter sido oferecidas: história política e administrativa no Brasil, no Arquivo Nacional, e, com menos probabilidade, arqueologia e história da arte, no MHN.

A não viabilização do curso técnico pode estar associada a possíveis divergências de natureza política entre o diretor da Biblioteca Nacional, Peregrino da Silva, e o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra,³⁹ em relação ao prestígio político adquirido, nesta época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e idealizador do curso neste formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional, instituições antigas,⁴⁰ podem ter se ressentido de certa perda de espaço para o recém-criado MHN. Esta ideia é defendida por Augusto Maia ao tratar da criação do curso técnico:

Nele [decreto de criação do MHN], diferentes alterações podem ser observadas nas estruturas de funcionamento do Arquivo Nacional, modificações estas que nos levam à interpretação de uma forte atuação política para criação da nova instituição e da diminuição da influência exercida quer pela Biblioteca Nacional, quer pelo Arquivo Nacional, considerando, para tal avaliação, a grande influência de seu primeiro diretor Gustavo Barroso (Maia, 2004, p. 9).

Sem dúvida nenhuma Gustavo Barroso encontrava-se, nessa época, no ápice de sua influência política. Fora eleito deputado estadual pelo Ceará e secretariara Eptácio Pessoa, então chefe da Delegação do Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, reunida em 1919, logo após o término da Primeira Guerra. A aproximação com o presidente Pessoa⁴¹ fora decisiva para que Barroso conseguisse influenciá-lo sobre suas propostas de criação de um museu. Entretanto, Alcides Bezerra também tinha sua parcela de influência uma vez que fora igualmente eleito deputado estadual pela Paraíba para o período de 1920-23, e interrompera o mandato a instâncias do próprio presidente Eptácio Pessoa, seu conterrâneo, que o convidara para dirigir o Arquivo Nacional. O mesmo pode-se dizer de Peregrino da Silva, que mantinha antigos laços de amizade com Pessoa e vinte anos antes, em 1900, à época em que este era ministro da Justiça do governo Campos Sales, fora convidado por ele para dirigir a Biblioteca Nacional (Andrade, 2008, p. 3).

39 João Alcides Bezerra Cavalcanti (1891-1938), advogado, jornalista, historiador, folclorista e filósofo paraibano. Formou-se pelo curso de ciências jurídicas da Faculdade de Direito do Recife (1911), onde foi simultaneamente procurador interino da República (1913), inspetor-geral de ensino (1915-17), promotor público (1917-19) e diretor-geral da Instrução Pública (1920-22).

40 A Biblioteca Nacional fora criada pelo então príncipe regente d. João VI, em 1810, como Real Biblioteca, e o Arquivo Público do Império remontava a 1838, quando foi fundado na Regência de Pedro de Araújo Lima.

41 Em abril de 1919, quando ainda encontrava-se em Paris, Eptácio Pessoa foi indicado e eleito presidente, retornando ao Brasil em junho do mesmo ano.

O fato é que a implantação do Museu Histórico Nacional e do curso técnico criara suscetibilidades entre o Museu e a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, que tiveram suas coleções desfalcadas para compor o acervo do MHN. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional sentiram-se prejudicados na medida em que eram instituições já consolidadas e tiveram que ceder parte considerável de suas coleções ao recém-criado Museu, ainda que a guarda e exposição destes acervos fossem mais compatíveis a uma instituição museológica. Na verdade, o MHN vinha suprir uma necessidade não somente na área dos museus, sobretudo relativos à história do Brasil, mas também no campo da preservação de patrimônio e de valorização da identidade nacional no contexto da República Velha. Da Biblioteca Nacional foram transferidas para o MHN as coleções de moedas, medalhas e condecorações, e do Arquivo Nacional foram remanejadas igualmente importantes peças do antigo museu desta instituição, como bustos, esculturas e também medalhas, moedas e condecorações. Entretanto, as Disposições Gerais e Transitórias do decreto de criação do MHN, no seu artigo 83, eram bastante categóricas em relação a estas transferências de acervos ao museu recém-criado, enumerando, inclusive, as instituições que deveriam ceder coleções como a Casa da Moeda, o Museu da Marinha, o Museu Militar e o Museu Nacional, citando, logo no início, o Arquivo e a Biblioteca Nacional: “serão transferidos para o Museu Histórico Nacional: 1. Os objetos que constituem o museu histórico do Arquivo Nacional; 2. O acervo da seção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a biblioteca especial da seção; [...]”⁴²

No entanto, independente de melindres que possam ter ocorrido, ao que parece, o que inviabilizou, de fato, a concretização do curso técnico foram divergências de ordem funcional entre a Biblioteca Nacional e o MHN. Segundo Castro, o curso técnico não teria funcionado em virtude de Constâncio Alves⁴³ e Mario Behring⁴⁴ terem se recusado a ministrar as disciplinas que deveriam ser responsáveis, respectivamente, história literária e paleografia. De acordo com Castro, tanto Alves quanto Behring não concordavam com a criação do curso técnico e justificaram essa oposição pelo fato de que “ao assumirem a docência duplicariam suas atividades – bibliotecário / chefe de Seção e professor, não recebendo qualquer adicional de salários”. Ainda conforme Castro, outro motivo que pesou na não concretização do curso foi a “lei dos adidos que mandava aproveitar os funcionários em disponibilidade, [para os cargos de bibliotecários, arquivistas, arqueólogos e paleógrafos] que fez com que nunca funcionasse este curso técnico” (Castro, 2000).

⁴² Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

⁴³ Antônio Constâncio Alves (1862-1933), jornalista, poeta, ensaísta e bibliotecário baiano. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1885) não chegou a exercer a profissão, dedicando-se ao jornalismo. Transferiu-se em 1890 para o Rio de Janeiro. Ingressou na Biblioteca Nacional em 1895. Foi diretor da Seção de Manuscritos e professor de bibliografia.

⁴⁴ Mario Marinho de Carvalho Behring (1876-1933), engenheiro, jornalista e historiador mineiro. Radicou-se no Rio de Janeiro em 1901. Foi diretor da Seção de Manuscritos (1903) e diretor-geral da Biblioteca Nacional (1924-1932). Participou ativamente da Maçonaria, tendo representado o Brasil no Congresso Maçônico de Lausanne, na Suíça (1921).

Em termos de formação, a realidade é que o curso técnico idealizado por Barroso foi uma proposta bastante arrojada para o Brasil dos anos de 1920 e sem precedentes, inclusive na França, de onde vieram as matrizes de nossos cursos. E isto, não somente por reunir as três áreas que lidavam diretamente com a documentação das coleções de arquivos, bibliotecas e museus, mas por se antecipar, em cinco anos, ao próprio curso de museografia da École du Louvre. Nem mesmo a École des Chartes, que no seu projeto pioneiro vinculava as formações de arquivologia e biblioteconomia, previra a inserção de uma possível formação em classificação de coleções museológicas, e isto, num país como a França, com uma tradição de museus sem parâmetros de comparação com o extremamente limitado e incipiente cenário dos museus brasileiros dos anos de 1920.

Apesar de não ter tido existência efetiva, o curso técnico do Museu Histórico Nacional, por ter sido previsto no decreto de criação deste Museu, provocou automaticamente a supressão do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional e do curso de diplomática do Arquivo Nacional. Consequentemente, essas instituições tiveram que adequar seus regulamentos ao novo decreto, inclusive no que se referia ao curso técnico a ser ministrado em parceria pelas três instituições. A Biblioteca Nacional antecipou-se e, um mês após o decreto de criação do MHN, em setembro de 1922, promoveu a reformulação de seu Regulamento, adequando-o às novas mudanças trazidas com a criação deste Museu. Com isso, foram promovidas algumas alterações na estrutura administrativa como a extinção da Seção de Medalhas e Moedas, cujas coleções haviam sido transferidas para o MHN, e a criação, em seu lugar, da Seção de Publicações e Periódicos, desmembrada da antiga Seção de Impressos, agora transformada em Seção de Obras Impressas. O curso técnico proposto por Gustavo Barroso é previsto no artigo 36, do capítulo IV, do novo Regulamento da Biblioteca Nacional, com a finalidade de “habilitar os candidatos ao cargo de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional e ao de 3º oficial do Museu Histórico Nacional”,⁴⁵ constando igualmente neste artigo, a mesma sequência de disciplinas estabelecidas no decreto que criou o MHN. O artigo 37 trata das responsabilidades do oferecimento das disciplinas, repetindo, literalmente, as mesmas diretrizes do decreto do MHN:

O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico, cabendo à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia e cartografia (no sentido de estudo, descrição e classificação de cartas geográficas), ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática e ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e história da arte e de numismática e sigilografia.⁴⁶

⁴⁵ Decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922. Aprova o Regulamento para a Biblioteca Nacional.

⁴⁶ Idem.

O Arquivo Nacional demorou nove meses para fazer a mesma adequação de seu Regulamento, aprovado em maio de 1923. Apesar de não haver nenhuma referência à extinção do museu histórico que havia em seus quadros, que simplesmente não consta mais e que havia sido previsto nos decretos de 1893 e de 1911, nos quais o artigo 9º tratava inteiramente da constituição de seu acervo.

No museu histórico haverá: I. Uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer fatos importantes, ou para prêmios de serviços relevantes. II. Uma coleção das moedas do Brasil quer metálicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emitidas, bem como o modelo das apólices do governo também uma coleção de padrões de pesos e medidas, antigos e modernos. III. Um modelo ou exemplar das patentes, cartas e diplomas impressos ou litografados, expedidos por estabelecimentos públicos ou oficialmente autorizados para se conferirem títulos, graus científicos e literários e prêmios. IV. Coleção de figurinos, quer representativo da população civilizada ou selvagem, das vestimentas e fardas de funcionários civis e militares, antigos e modernos. V. Retratos ou bustos de brasileiros notáveis, estampas de edifícios e de monumentos comemorativos de acontecimentos pátrios, cópia de inscrições, fac-símile, distintivos, utensílios e quaisquer objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico.⁴⁷

O curso de diplomática também não é mais citado no Regulamento de 1923 do Arquivo Nacional, nem em termos de sua extinção, aparecendo, no artigo V, em tudo idêntico ao artigo IV do Regulamento da Biblioteca Nacional, que repete a mesma estrutura de disciplinas do curso técnico e a relação destas com as instituições que iriam oferecê-las, bem como as mesmas normas para inscrições, prazos de matrícula, provas etc.

A não concretização do curso técnico suscitou um problema de ordem institucional para a questão da capacitação dos funcionários do Arquivo, da Biblioteca e do Museu Histórico Nacional. Mesmo não tendo continuidade, constituía um entrave uma vez que continuava tendo existência legal nos decretos de 1922 e de 1923 que regulamentavam seu funcionamento nas três instituições envolvidas. Por uma década paralisaram-se as propostas de cursos e somente no início dos anos de 1930 foram retomadas e viabilizadas na Biblioteca Nacional e no MHN. No Arquivo Nacional, o processo foi mais longo e somente após trinta anos é que o curso foi restabelecido e estabilizado de forma permanente. Segundo Mariza Bottino (1994, p. 13), em 1930, o diretor Alcides Bezerra pleiteou junto à Universidade do Rio de Janeiro⁴⁸ a inclusão de um curso de arquivo à estrutura

⁴⁷ Decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, e decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911.

⁴⁸ Criada em 1920 com a junção da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, e da Faculdade de Direito. Em 1937, passou a denominar-se Universidade do Brasil, conhecida também, desde 1965, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

universitária. Como não houve interesse por parte da Universidade, o Arquivo Nacional passou a realizar cursos esporádicos na tentativa de superar a carência de capacitação. Na gestão Vilhena de Moraes⁴⁹ os esforços foram canalizados para a publicação de catálogos e o problema da formação técnica arrefeceu. No final da década de 1950, ao assumir a direção, José Honório Rodrigues⁵⁰ vai promover um importante trabalho de reformulação em toda a estrutura técnica e administrativa, inclusive em relação à formação dos funcionários, criando uma Seção de Cursos. Ainda segundo Mariza Bottino (1994, p. 14), nessa época o francês Henri Boullier de Branche⁵¹ foi convidado para ministrar cursos de aperfeiçoamento aos funcionários, seguido de treinamento intensivo (1959-60), tornando-se referência na formação científica dos arquivistas brasileiros. O curso deve ter versado basicamente sobre processamento técnico arquivístico, com ênfase nos sistemas de classificação e identificação de documentos, inclusive paleografia, ou seja, um programa próximo do currículo da École des Chartes, da qual Henri Boullier fora aluno nos idos de 1928-32. Em 1960, certamente em função dos resultados dos ensinamentos teóricos e práticos dos cursos oferecidos por Boullier, foi criado o curso permanente de arquivos com a duração de dois anos. Em 1973, este curso obteve mandato universitário da UFRJ, e quatro anos depois, em 1977, como curso de arquivologia, foi absorvido pela então Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), depois transformada em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).⁵²

Diferentemente do Arquivo Nacional, após o insucesso do curso técnico de 1922, a Biblioteca Nacional mobilizou-se logo no sentido de retomar o curso de biblioteconomia, efetivando-o após os altos e baixos das décadas de 1910 e 1920. Em novembro de 1931, certamente por já ter conhecimento de que o então diretor interino do MHN, Rodolfo Garcia,⁵³ encaminhara ao Ministério da Educação e Saúde a solicitação de criação do curso de museus, o que tornaria sem efeito o curso técnico, a Biblioteca Nacional obtém o reestabelecimento do curso de biblioteconomia mantendo praticamente as mesmas disciplinas do curso de 1911 – bibliografia, paleografia, diplomática e cronologia – acrescentando as duas disciplinas idealizadas por Barroso no curso técnico: história literária e cartografia. A disciplina numismática foi suprimida, uma vez que as coleções de moedas e medalhas pertenciam agora ao Museu Histórico Nacional. Com essas pequenas alterações, o novo curso de biblioteconomia ficou assim estruturado: “1º ano: Bibliografia. Paleografia. Diplomática. 2º ano:

49 Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1982), advogado, historiador, poeta, jornalista e professor.

50 José Honório Rodrigues (1913-1987), advogado e historiador, dedicou-se à história da historiografia brasileira. Diretor da Seção de Publicações da Biblioteca Nacional (1946-58) e diretor do Arquivo Nacional (1958-64).

51 Henri Boullier de Branche (1907-1999), arquivista chefe de La Lozère (1937-45), diretor-geral dos Arquivos de Le Mans (Arquivos Départementales de la Sarthe, 1948-63) e diretor da Maison Française d'Oxford (1974-81).

52 Atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lei n. 10.750, de 24 de outubro de 2003.

53 Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), advogado, professor, historiador, etnógrafo, indigenista, lexicógrafo, geógrafo, bibliógrafo, bibliotecário, jornalista e político. Foi diretor interino do Museu Histórico Nacional (1930-32) e diretor da Biblioteca Nacional (1932-45).

História literária (com aplicação à bibliografia). Iconografia. Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas)”.⁵⁴

Dois anos depois, em novembro de 1933, um novo decreto modificou a seriação das disciplinas promovendo, na verdade, uma inversão no oferecimento das séries, isto é, as três disciplinas do primeiro ano passaram a ser ministradas no segundo ano, e as do segundo foram remanejadas para o primeiro ano: “Primeiro ano: I, História literária (com aplicação à bibliografia); II, Iconografia; III, Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas). Segundo ano: I, Bibliografia; II, Paleografia; III, Diplomática”.⁵⁵

Em 1944, o curso de biblioteconomia passou por uma grande reforma, sendo estruturado, segundo Simone Weitzel (2012, p. 3), em dois ciclos: “Fundamental e Superior para formação do técnico e do bibliotecário, respectivamente”. Em 1962, o curso passou a ter duração de três anos e foi reconhecido oficialmente como curso superior (Weitzel, 2012, p. 3). Em 1969, com a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG),⁵⁶ o curso de biblioteconomia foi incorporado a esta instituição, tornando-se um dos cursos pioneiros que possibilitou a implantação do Centro de Ciências Humanas (CCH).

Ainda em decorrência da não concretização do curso técnico de 1922, o Museu Histórico Nacional implantou o curso de museus, tendo sido reformulado o projeto do curso técnico. Aprovado por decreto do presidente Vargas em março de 1932, o curso iniciou suas aulas em maio passando, desde então, a funcionar ininterruptamente. Assim como o curso de biblioteconomia, passou por uma reforma em 1944, quando sua duração foi ampliada de dois para três anos. Em 1951, obteve o mandato universitário conferido pela então Universidade do Brasil. Em 1977, foi igualmente absorvido pela FEFIERJ, na mesma época em que o curso de arquivologia foi transferido do Arquivo Nacional, integrando-se ao CCH, onde já se encontrava incorporado o curso de biblioteconomia. Assim, consuma-se a trajetória dos três cursos pioneiros, iniciados em instituições federais, cujos destinos estavam fadados ao âmbito universitário.

O curso de museus de 1932 mantinha as mesmas propostas de formar técnicos para o MHN, e de ter como professores os próprios funcionários do Museu, assim como fora idealizado pelos cursos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional de 1911, e do curso técnico de 1922. Neste novo curso de museus foi mantida basicamente a estrutura do curso técnico sendo retiradas as disciplinas específicas de biblioteconomia e arquivologia: bibliografia, história literária, iconografia e cartografia. A disciplina paleografia e epigrafia foi sintetizada em epigrafia, ou seja, o estudo das inscrições de lápides e de fragmentos arquitetônicos. O

54 Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931. Reestabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências.

55 Decreto n. 23.508, de 28 de novembro de 1933. Modifica a seriação do curso de biblioteconomia e dá outras providências.

56 Em 1975, transformada em Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

mesmo ocorreu com a disciplina cronologia e diplomática, simplificada para cronologia. A história política e administrativa do Brasil teve sua carga aumentada, sendo oferecida no primeiro e segundo ano, o mesmo ocorrendo com a disciplina numismática, que foi ampliada para numismática (parte geral) e numismática (brasileira) e sigilografia.

A mais significativa alteração do curso de museus de 1932, em relação ao curso técnico de 1922, refere-se à inserção da disciplina técnica de museus, específica para o tratamento de coleções museológicas e que inaugurou, como disciplina regular e autônoma, a formação em museologia no Brasil: “1º ano – história política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada no Brasil. 2º ano – história política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. *Técnica de museus*”.⁵⁷ (grifos nossos)

O programa da disciplina técnica de museus originou-se das “lições de classificação e administração de [...] museus históricos” e das “provas práticas de descrição e classificação de objetos” previstas para as disciplinas classificatórias do curso técnico de 1922. Esses conteúdos foram ampliados, mesmo porque, em 1932, o curso de museografia do Louvre já era oferecido há cinco anos e certamente influenciou o programa de técnica de museus. Esta foi a maior contribuição que o curso de museografia do Louvre trouxe para o curso de museus de 1932, uma vez que as disciplinas arqueologia e história da arte, previstas no curso técnico de 1922, sofreram influência direta dos cursos de arqueologia e de história da arte da mesma École du Louvre. Isto significa que os cursos do Louvre influenciaram a nascente formação em museologia no Brasil em dois momentos: no curso técnico (1922), com as disciplinas arqueologia e história da arte, e no curso de museus (1932), com a disciplina técnica de museus.

O decreto que criou o curso de museus não traz informações sobre o programa de técnica de museus, só citando seu nome na relação das disciplinas do segundo ano. No decreto de 1934⁵⁸ ela é citada igualmente como parte das disciplinas do segundo ano acrescidas de epigrafia e cronologia. Ao que parece, a referência mais antiga ao programa de técnica de museus consta nas instruções para matrícula, elaboradas por Barroso e publicadas em 1941. Contrariando os currículos previstos nos decretos de 1932 e 1934, técnica de museus é oferecida nos dois anos do curso. No primeiro ano: 1ª parte – Organização, 2ª parte – Arrumação, 3ª parte – Catalogação, incluindo-se aí conteúdos de cronologia e epigrafia. No segundo ano: Classificação (heráldica, armas, navios, viaturas, arquitetura, indumentária, móveis, cerâmica e cristais, joias e prataria, pintura e gravura, instrumentos de suplício e mecanismos).⁵⁹ Estes itens previstos em técnica de museus do primeiro ano – organização, arrumação, ca-

57 Decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932. Diário Oficial de 15 de março de 1932.

58 Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional.

59 Instruções para matrículas no curso de museus. Ministério da Educação e Saúde – Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 11 e 12, 16 e 17.

atalogação, restauração e classificação – correspondem, basicamente, na atualidade, a vários conteúdos das disciplinas de museologia: plano museológico, comunicação-expografia, documentação-informação e preservação-conservação. Em conformidade com a preocupação classificatória, no segundo ano, técnica de museus concentrava-se especificamente na parte de identificação de objetos e coleções comuns a museus históricos e artísticos, enfatizando-se cronologias históricas, períodos artísticos, características estilísticas, autorias, datações, nomenclatura técnica, materiais e técnicas de fatura etc. Essa ênfase no estudo da cultura material, ou seja, do conhecimento e interpretação das informações que podem ser obtidas nos objetos e coleções vai persistir nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Somente nos anos de 1970 as reformas curriculares vão se voltar para as novas questões da museologia e mudar o foco para as funções sociais dos museus e sua relação com a sociedade.

Em síntese, no Brasil, estas formações precursoras – curso de biblioteconomia (1911), curso de diplomática (1911), curso técnico (1922) e curso de museus (1932) – surgiram em instituições públicas detentoras da guarda de acervos biblioteconômicos, arquivísticos e museológicos com a finalidade precípua de superar a carência de capacitação técnica de seus próprios funcionários em relação ao tratamento destes acervos. Nessa época, esta era igualmente a preocupação das instituições europeias e mesmo de outros países, ou seja, preparar os funcionários e dar conta da organização técnica de suas coleções. Ao promover isto, esses cursos pioneiros inauguraram tanto a formação e o estudo regular da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos disciplinares, quanto lançaram as bases da profissionalização nestas mesmas áreas. Isto fica claro nos decretos de criação desses cursos nos quais era estabelecida a realização dos mesmos como requisito à promoção e mesmo à habilitação de concursos para o preenchimento de vagas nas instituições que os sediavam: Curso de biblioteconomia (1911): “Art. 32. Os empregados nomeados independentemente de habilitação no curso de biblioteconomia não poderão chegar a bibliotecários, sem que se habilitem naquele curso, circunstância que deverá ser levada em conta nas demais promoções por merecimento”;⁶⁰ Curso de diplomática (1911): “Art. 30. [...] § 3. [...] Depois que funcionar a aula de diplomática ninguém poderá entrar em concurso para amanuenses sem ter cursado a dita aula”;⁶¹ Curso técnico do MHN (1922): “Art. 55. O curso técnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, constará das seguintes matérias [...] Art. 87. Os oficiais, nomeados independentemente de habilitação no curso de biblioteconomia ou no curso técnico que o substitui, não poderão ser promovidos a chefes de seção sem que neste se habilitem”;⁶² Curso técnico da Biblioteca Nacional (1922): “Art. 30. A inscrição para os concursos, por meio dos quais se preencherão os cargos a que se refere o art. 29, será aberta na Biblioteca Nacional. § 1º.

⁶⁰ Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

⁶¹ Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

⁶² Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

Serão admitidos à inscrição os candidatos habilitados no curso técnico”;⁶³ Curso técnico do Arquivo Nacional (1922): “Art. 47. A inscrição para os concursos, por meio dos quais se preencherão os cargos a que se refere o § 3º. do artigo antecedente, será aberta na Biblioteca Nacional. § 1º. Serão admitidos à inscrição os candidatos habilitados no curso técnico”;⁶⁴ Curso de biblioteconomia (1931): “Art. 14. Aos possuidores de certificado do curso de biblioteconomia, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para promoção nos cargos da Biblioteca Nacional, até o de sub-bibliotecário, e para provimento efetivo, interino, contratado ou em comissão no cargo de bibliotecário de qualquer departamento ou repartição federal, excetuado nos cursos em que exigir o cargo de competência especializada”;⁶⁵ Curso de museus do MHN (1932): “Art. 11. Aos possuidores de certificado do “curso de museus”, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo museu”.⁶⁶

Estes altos e baixos que ocorreram nos primórdios da formação dos profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia, nos levam a inferir vários aspectos em comum entre estas áreas. Primeiramente, podemos afirmar que havia ambiguidade, imprecisão ou mesmo sobreposição de atribuições entre os profissionais que atuavam em arquivos, bibliotecas e museus, ou seja, arqueólogos, curadores, conservadores de museus, historiadores de arte, paleógrafos, numismatas, sigilógrafos, heraldistas, na verdade “ancestrais” dos atuais arquivistas, bibliotecários, conservadores, restauradores e museólogos. Todos esses profissionais tinham como matéria prima de seus estudos os bens patrimoniais móveis, ou seja, as coleções de documentos, livros e obras de arte. Em geral, a atuação destes profissionais concentrava-se quase que exclusivamente no estudo das peças e coleções, buscando extrair o máximo de informações nelas contidas. Com a École Nationale des Chartes e a École du Louvre iniciou-se um processo de especialização profissional, no entanto, a princípio, estes centros de ensino não estavam preocupados em priorizar o estudo dos pressupostos teóricos e dos parâmetros curriculares para formação de profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia, mesmo porque essas questões estavam ainda em estágio “embrionário”. De acordo com a tendência oitocentista, estavam muito mais preocupados em formar estudiosos de acervos, sejam eles exegetas das inscrições e textos antigos ou conhecedores e identificadores de obras de arte de antigas civilizações. Não havia também, pelo menos no início, a preocupação em estudar primordialmente as instituições arquivos, bibliotecas e museus. Este foi o próximo passo, estudar as metodologias técnicas de classificação e organização, bem como de acesso ao público dos acervos

⁶³ Decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922. Aprova o regulamento para a Biblioteca Nacional.

⁶⁴ Decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional.

⁶⁵ Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências.

⁶⁶ Decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “curso de museus”.

destas instituições, e isto sim levou a uma terceira etapa: o desenvolvimento do estudo científico de arquivos, bibliotecas e museus, ou seja, a consolidação da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos específicos de conhecimento. Este processo de importação das matrizes francesas, acionado e consolidado no Brasil pelos antigos cursos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional, lançou as bases dos atuais cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO e possibilitou, também, o próprio desenvolvimento científico e a disseminação destes campos no país.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rosana Maria Nunes. Manuel Cícero Peregrino da Silva: um homem público na Primeira República. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA – ANPUH-RIO. XIII, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942_ARQUIVO_Trabalho-AnpuhRuralIdenticidades.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Arquivo & Administração*. Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.15-23, jan./dez. 1994.

CASTRO, Augusto Cesar. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora, 2000. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/histobiblio/bla-bla/historia-no-brasil-1/fase-da-biblioteconomia>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad.: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org). *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris: Armand Colin Editeur, 2011.

GONZÁLEZ, Maria Jesús Alvarez-Coca; GÓMEZ, Pedro López. *Hacia un Centro de Formación de Archiveros, Bibliotecarios y Museólogos del país vasco*. Disponível em: <<http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/congresos/10/10259278.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

JAUJARD, Jacques. Les principes muséographiques de la réorganisation du Louvre. *Mouseion, Revue Internationale de Museographie*, IX^e année, v. 31-32, p. 7-30, 1935.

MAIA, Augusto Moreno. *O processo histórico de construção do curso de arquivologia no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado), UNIRIO/PPGEdu, Rio de Janeiro.

WEITZEL, Simone. Os cursos de graduação em biblioteconomia da Escola Centenária da UNIRIO: tradição e inovação. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES Y DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, IX.; VIII., 2012. *Anais*. Disponível em: <<http://rbm.eubca.edu.uy/sites/default/files/text/Ponencia%2055%20-%20Weitzel,%20Simone.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

Recebido em 8/7/2013
Aprovado em 12/7/2013